

## A greve dos petroleiros de 1995



### Maio de 1995, a maior greve dos petroleiros

([http://www.fup.org.br/greve\\_1995.htm](http://www.fup.org.br/greve_1995.htm))

Os petroleiros terminam o ano de 1994 sem acordo de trabalho, mesmo após duas greves nacionais (em setembro e em novembro) para pressionar a Petrobrás a repor as perdas salariais da categoria, que já chegava a 100%. Intransigente, a direção da empresa nega-se a cumprir os termos de compromissos assinados pelo presidente Itamar e pelo ministro da Minas e Energia, Delcídio Gomes, e até mesmo o acordo que o próprio presidente da Petrobrás, Joel Rennó, assinou com a FUP, garantindo a negociação das perdas e reajustes entre 12% e 18% (o acordo dos internáveis).

Para piorar, a conjuntura política do país também se mostra desfavorável à classe trabalhadora. As eleições de 1994 endossam a política econômica neoliberal em andamento e dão vitória ao candidato das elites, Fernando Henrique Cardoso. A direção da Petrobrás segue à risca o projeto governamental de ataque aos trabalhadores: redução de direitos e arrocho salarial. As principais vítimas são o funcionalismo público e os trabalhadores de estatais.

Em plenária nacional convocada pela FUP, em janeiro de 1995, os petroleiros decidem unificar a luta com outras categorias do setor público: eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e os servidores federais. Em abril, durante reunião com a direção da Federação, o presidente da Petrobrás admite não ter autonomia para cumprir o acordo dos internáveis. A greve unificada é marcada para 03 de maio.

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás aderem em massa à mobilização convocada pela FUP. Além da recuperação das perdas salariais e da preservação dos direitos dos trabalhadores do setor público, a greve tem também um caráter político: a luta contra a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações. O movimento unificado, no entanto, vai perdendo força e os petroleiros acabam sustentando a greve sozinhos por 32 dias. Mais de 90% da categoria cruzam os braços nas refinarias, nas plataformas, nos terminais de distribuição e nas unidades administrativas da Petrobrás.

Os trabalhadores se revezavam nas refinarias para garantir o abastecimento básico da população e preservar os equipamentos. Mas a imprensa faz terrorismo, acusando os petroleiros pela falta de derivados de petróleo e, principalmente, do gás de cozinha. A FUP seguia firme na condução da greve, orientando os trabalhadores em seus boletins de que a redução e paralisação gradativa da produção devem ter como diretriz a "não penalização da população".

Apesar da legitimidade das reivindicações da categoria, que exigia o cumprimento dos acordos de 1994, o Tribunal Superior do Trabalho julga a greve abusiva em seu sétimo dia. Os petroleiros não se intimidam. Nem mesmo quando a direção da Petrobrás anuncia em 11 de maio a primeira lista de demitidos: Antônio Carlos Spis, coordenador da FUP,

lidera a relação de 25 nomes divulgados pela empresa na mídia. A repressão do governo FHC estava apenas começando. No dia 24, o Exército ocupa as refinarias de Paraná (REPAR), Paulínia (REPLAN), Mauá (RECAP) e São José dos Campos (REVAP). No dia seguinte, os petroleiros recebem seus contracheques zerados.

A categoria continua impassível. Resistência é a palavra de ordem entre os trabalhadores. Quanto mais o governo endurecia, mais os petroleiros resistiam. O movimento ganha o apoio de centenas de sindicatos, estudantes, parlamentares, organizações civis nacionais e estrangeiras. O TST julga mais uma vez a greve abusiva no dia 26 de maio e impõe multas milionárias à FUP e aos sindicatos: R\$ 100 mil por cada dia não trabalhado!

No dia 31 de maio, a CUT promove o Dia Nacional de Solidariedade: Somos todos petroleiros, bradavam as demais categorias em passeatas pelo país afora. No dia seguinte, uma frente parlamentar é formada por representantes de vários partidos, com o compromisso de intermediar a reabertura das negociações com a Petrobrás, em nome do Congresso Nacional. A direção da empresa aceita e compromete-se a cancelar as punições e a parcelar os dias parados. No dia 02 de junho, a FUP indica a suspensão da greve, o que é aprovado pela categoria em todo o país, com exceção da RPBC, em Cubatão, onde 300 trabalhadores ocupavam a refinaria desde o dia 05 de maio. No dia 03 de junho, cobertos por uma imensa bandeira nacional, os petroleiros de Cubatão deixam a refinaria e são saudados pela categoria em todo o país.

Mesmo com o fim da greve, os sindicatos e a FUP tiveram suas contas bloqueadas, o repasse das mensalidades dos associados retido e os bens penhorados. Cada um dos 20 sindicatos que participaram do movimento recebeu multas de R\$ 2,1 milhões. Ao todo, 73 trabalhadores foram demitidos, entre eles vários dirigentes sindicais. Mais de mil petroleiros são punidos, a maioria com suspensões de até 29 dias. Para manter-se em funcionamento, alguns sindicatos são obrigados a atuar quase que em clandestinidade. Tamanha repressão sofrida pelos trabalhadores e pela organização sindical só havia ocorrido no Brasil durante a ditadura militar.

A máscara social democrática do sociólogo Fernando Henrique Cardoso é derrubada pelos petroleiros no primeiro grande enfrentamento dos trabalhadores contra o projeto neoliberal. O caráter repressivo do seu governo ficou evidente na criminoso demissão dos dirigentes sindicais e nos canhões dos tanques do Exército apontados contra os trabalhadores nas refinarias. Mas, apesar da truculência de FHC, dos julgamentos viciados do TST, da campanha mentirosa da mídia, da manipulação dos estoques de combustíveis pelas distribuidoras, entre tantos outros ataques, a greve de 32 dias dos petroleiros, em maio de 1995, foi essencial para a história do sindicalismo no Brasil. A categoria fomentou junto à opinião pública importantes discussões políticas, como o direito de greve, a livre negociação, o papel da Justiça do Trabalho e a liberdade de organização sindical.

A armação do gás - Em novembro de 1995, o Tribunal de Contas da União conclui que as distribuidoras foram responsáveis pelo desabastecimento de gás durante a greve dos petroleiros. Fato que já era, inclusive, de conhecimento da própria Petrobrás, segundo admitiu três anos depois o superintendente de Recursos Humanos da empresa, José Lima Neto: "Não era de interesse da Petrobrás na época acionar as distribuidoras por terem sonogado o gás de cozinha", informou em entrevista ao jornal do DCE da USP.

Anistia das multas - Após ter vetado em abril de 1996 o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, que anistiava as multas arbitrárias impostas pelo TST, o presidente Fernando Henrique tenta novamente barrar a anistia, dois anos depois. Alguns sindicatos já estavam na iminência de terem seus bens leiloados pelo Tribunal, em mais uma das explícitas demonstrações de abuso de poder por parte do governo tucano. FHC, no entanto, recua e sanciona, parcialmente, a lei de anistia, em julho de 1998, vetando o artigo que dava direito aos sindicatos de receberem de volta os valores retidos pelo TST desde 1995.

Demitidos são reintegrados nove anos depois - O primeiro Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros é realizado em agosto de 1995, dois meses após a greve histórica protagonizada pela categoria. Uma das principais resoluções do Congresso é a luta pela reintegração dos 85 trabalhadores demitidos nas greves de 94 e de maio de 95. Mais do que um objetivo implacável, o retorno destes companheiros transformou-se em questão de honra que a FUP perseguiu incansavelmente ao longo de todos esses anos. Do primeiro ao nono CONFUP, esta sempre foi a principal bandeira de luta dos petroleiros, estampada em todas as pautas de reivindicação saídas dos congressos da categoria. Seja na mesa de negociação com a Petrobrás, seja através de ações judiciais ou ainda nas idas e vindas a Brasília, em um trabalho incansável de convencimento e aliança com os parlamentares para aprovação da Lei de Anistia, a FUP jamais abandonou a luta pela reintegração dos trabalhadores arbitrariamente demitidos nas greves de 94 e de 95.

Mas foi preciso que os trabalhadores implementassem um novo projeto político no país, para que a tão esperada Lei de Anistia dos petroleiros se transformasse em realidade. Entre julho e dezembro de 2003, o projeto de lei do deputado Luciano Zica (PT/SP) nasceu, ganhou corpo nas discussões com os parlamentares e o movimento sindical, foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, em cinco meses, o governo Lula começou a saldar a maior dívida do governo Fernando Henrique Cardoso com a categoria. Uma pendência que se arrastou pelos oito anos de seu mandato. Nem mesmo os constantes questionamentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), acusando o governo tucano de violação dos direitos de greve e de livre negociação foram capazes de fazer FHC recuar em sua tentativa de desmonte da organização sindical dos petroleiros. Às vésperas de deixar o governo (em junho de 2002), ele ainda fez questão de vetar um outro projeto de anistia que havia sido aprovado no Congresso, após um árduo processo de negociação da FUP com os parlamentares.

Foi o último golpe sofrido pelos petroleiros no enfrentamento com o governo tucano. Em março de 2004, os trabalhadores de Cubatão, demitidos após a greve de maio de 1995, voltam a cruzar os portões da refinaria, reintegrados pela Lei de Anistia. Um a um, os petroleiros que tiveram seus empregos usurpados por FHC ao exigirem seus direitos em uma greve legítima estão retornando à Petrobrás. Foi preciso quase uma década de luta da categoria para que erros históricos começassem a ser corrigidos.

## **A greve dos petroleiros de 1995**

Greve histórica dos petroleiros completa 15 anos

(<http://www.viomundo.com.br>)

16 de setembro de 2010

Há 15 anos, no dia 3 de maio, os petroleiros iniciavam a mais longa greve da história da categoria. Uma greve de 32 dias, que tornou-se o maior movimento de resistência da classe trabalhadora à política neoliberal e entreguista do PSDB e do DEM (então PFL). Uma greve que foi fundamental para impedir a privatização da Petrobrás e, assim, evitar que Fernando Henrique Cardoso aplicasse no Brasil o mesmo receituário que levou a Argentina à falência, principalmente, em função das privatizações de todas as estatais de energia e petróleo.

Durante a greve de maio de 1995, os petroleiros resistiram às manipulações e repressões do governo e à campanha escancarada da mídia para tentar jogar a população contra a categoria. Milhares de trabalhadores foram arbitrariamente demitidos, punidos e

enfrentaram o Exército, que, a mando de FHC, ocupou com tanques e metralhadoras as refinarias da Petrobrás.

A FUP e seus sindicatos foram submetidos a multas milionárias por terem colocado em xeque os julgamentos viciados do TST, que decretou como abusiva uma greve legítima e dentro da legalidade. Além de ter impedido a privatização completa da Petrobrás, como queriam os tucanos e demos, a greve de maio de 95 despertou um movimento nacional de solidariedade e unidade de classe, fazendo ecoar por todo o país um brado que marcou para sempre a categoria: "Somos todos petroleiros".

## **A história da greve**

Na década de 90, com o avanço do projeto neoliberal, os trabalhadores da Petrobrás enfrentaram os maiores ataques da história da categoria. Ao tomar posse em 1995, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em aliança com o PFL (atual DEM), aprofundou o desmonte do Estado, atacou os direitos dos trabalhadores, arrochou salários e criminalizou os movimentos sociais.

O estratégico setor petróleo era o mais cobiçado pelos neoliberais. Mal assumiu o governo, FHC enviou ao Congresso um projeto de emenda constitucional que visava acabar com o monopólio da Petrobrás sobre a exploração e produção de petróleo.

Para se contrapor à política de privatização e ataques aos trabalhadores, as categorias do setor público decidiram realizar uma greve unificada. No dia 03 de maio de 1995, os petroleiros aderiram em massa ao movimento, somando-se aos eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e servidores federais. Além da recuperação das perdas salariais e da preservação de direitos, os trabalhadores lutavam contra a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações.

O movimento unificado, no entanto, foi perdendo força e os petroleiros acabaram sustentando a greve sozinhos por 32 dias. Mais de 90% da categoria cruzaram os braços nas refinarias, nas plataformas, nos terminais de distribuição e nas unidades administrativas da Petrobrás. Os trabalhadores se revezavam para garantir o abastecimento básico da população e preservar os equipamentos. Mas a imprensa fazia terrorismo, acusando os petroleiros pela falta de derivados de petróleo e, principalmente, do gás de cozinha.

Apesar da legitimidade das reivindicações da categoria, que exigia o cumprimento de acordos pactuados em 1994, o Tribunal Superior do Trabalho julgou a greve abusiva em seu sétimo dia. Os petroleiros não se intimidaram. Nem mesmo quando a direção da Petrobrás anunciou em 11 de maio a primeira lista de demitidos. Antônio Carlos Spis, coordenador da FUP, liderava a relação de 25 nomes que a empresa comunicou à mídia. A repressão do governo FHC estava apenas começando. No dia 24, o Exército ocupou as refinarias no Paraná (REPAR), Paulínia (REPLAN), Mauá (RECAP) e São José dos Campos (REVAP). No dia seguinte, os petroleiros receberam seus contracheques zerados.

A categoria continuava impassível. Resistência era a palavra de ordem entre os trabalhadores. Quanto mais o governo endurecia, mais os petroleiros resistiam. O movimento ganhou o apoio de centenas de sindicatos, estudantes, parlamentares, movimentos sociais do Brasil e do exterior. No 23º dia da greve (26 de maio), o TST julgou mais uma vez a paralisação abusiva e impôs multas milionárias à FUP e aos sindicatos: R\$ 100 mil por cada dia não trabalhado!

No dia 31 de maio, a CUT promoveu o Dia Nacional de Solidariedade à greve dos trabalhadores da Petrobrás. Somos todos petroleiros, bradavam as demais categorias em passeatas pelo país afora. No dia seguinte, uma frente parlamentar foi formada por representantes de vários partidos, com o compromisso de intermediar a reabertura das negociações com a empresa. Só assim, a direção da Petrobrás aceitou voltar à mesa de negociação e comprometeu-se a cancelar as punições e a parcelar o desconto dos dias parados.

A FUP indicou a suspensão da greve no dia 02 de junho, o que foi aprovado pela categoria em todo o país, com exceção dos 300 trabalhadores que ocupavam a RPBC, em Cubatão. Eles só deixaram a refinaria no dia seguinte (3 de junho), cantando o hino nacional e cobertos pela bandeira brasileira, em uma das mais emocionantes cenas da greve de 1995.

Mesmo com o fim da greve, os sindicatos e a FUP tiveram suas contas bloqueadas, o repasse das mensalidades dos associados retido e os bens penhorados. Cada um dos 20 sindicatos que participaram do movimento recebeu multas de R\$ 2,1 milhões. Ao todo, 73 trabalhadores foram demitidos, entre eles vários dirigentes sindicais. Mais de mil petroleiros foram punidos, a maioria com suspensões de até 29 dias. Para manter-se na luta, alguns sindicatos foram obrigados a atuar quase que em clandestinidade. Tanta repressão sofrida pelos trabalhadores e pela organização sindical só havia ocorrido no Brasil durante a ditadura militar.

A máscara da social democracia do PSDB foi derrubada pelos petroleiros no primeiro grande enfrentamento dos trabalhadores contra o projeto neoliberal. O caráter repressivo do governo de Fernando Henrique Cardoso ficou evidente na criminosa demissão dos dirigentes sindicais e nos canhões dos tanques do Exército apontados contra os trabalhadores nas refinarias.

Mesmo com toda a truculência dos tucanos e demos (então PFL), dos julgamentos viciados do TST, da campanha mentirosa da mídia, da manipulação dos estoques de combustíveis pelas distribuidoras, entre tantos outros ataques, a greve de 32 dias dos petroleiros, em maio de 1995, foi essencial para a história recente do sindicalismo no Brasil. A categoria pautou na sociedade importantes discussões políticas, como o direito de greve, a livre negociação, o papel da Justiça do Trabalho e a liberdade de organização sindical.

### **A armação do gás**

Em novembro de 1995, o Tribunal de Contas da União concluiu que as distribuidoras foram responsáveis pelo desabastecimento de gás durante a greve dos petroleiros. Fato que já era, inclusive, de conhecimento da própria Petrobrás, segundo admitiu três anos depois o superintendente de Recursos Humanos da empresa, José Lima Neto: "Não era de interesse da Petrobrás na época acionar as distribuidoras por terem sonogado o gás de cozinha", informou em entrevista ao jornal do DCE da USP.

### **Reintegração dos demitidos**

O primeiro Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros foi realizado em agosto de 1995, dois meses após a greve histórica protagonizada pela categoria. Uma das principais resoluções do Congresso foi a luta pela reintegração dos 88 trabalhadores demitidos nas greves de 1994 e de maio de 1995. Mais do que um objetivo implacável, o retorno destes petroleiros transformou-se em questão de honra que a FUP perseguiu incansavelmente ao longo de todos os anos seguintes.

Somente em 2003, após as mudanças políticas que aconteceram em função da eleição do presidente Lula, é que as demissões e punições começaram a ser revistas pela Petrobrás. A FUP, através de participação em comissões interministeriais e da postura firme nas campanhas reivindicatórias, garantiu a anistia de 88 demissões, 443 advertências, 269 suspensões e 750 punições de trabalhadores que participaram das greves de 94 e 95. Além disso, a luta pela anistia trouxe de volta aos quadros da Petrobrás mais de mil trabalhadores das extintas Interbrás, Petromisa e Petroflex.

### **Anistia das multas impostas aos sindicatos**

Após ter vetado em abril de 1996 o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional de anistia das multas arbitrárias impostas pelo TST, o tucano FHC tentou, mais uma vez,

barrar a anistia, dois anos depois. Alguns sindicatos já estavam na iminência de terem seus bens leiloados pelo Tribunal, em mais uma das explícitas demonstrações de abuso de poder por parte do governo do PSDB/DEM. Prevendo o desgaste político que sofreria, o presidente Fernando Henrique recuou e sancionou, parcialmente, a lei de anistia, em julho de 1998, vetando o artigo que dava direito aos sindicatos de receberem de volta os valores retidos pelo TST desde 1995.

Da CUT Nacional

## **E o ditador FHC mostrou ao Brasil para a quê veio**

[http://www.fup.org.br/anistia/noticias\\_1995.htm](http://www.fup.org.br/anistia/noticias_1995.htm)

A greve de 32 dias dos petroleiros teve início em 03 de maio de 1995 e desmascarou a face autoritária e conservadora do recém empossado governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Durante a longa queda de braço que travou com a categoria, FHC deixou claro para a quê veio: destruir a liberdade sindical, atacando as organizações dos trabalhadores.

Apesar da legitimidade da greve - a direção da Petrobrás e o governo haviam desrespeitado três acordos coletivos assinados com os petroleiros em 94 -, FHC não titubeou ao enviar tropas de choque e tanques de guerra às refinarias. Usou o TST ao seu bel prazer, impondo multas milionárias aos sindicatos... Demitiu e puniu centenas de trabalhadores... E, mesmo condenado pela OIT por violação dos direitos de greve e de livre negociação, ainda vetou parte do projeto de lei que anistiaría em 1998 os sindicatos dos abusos cometidos pelo TST. Apesar de toda a sua truculência e autoritarismo, FHC acabou derrotado pelos petroleiros, que revelaram ao Brasil e ao mundo a sua verdadeira face. FHC terminará o seu segundo mandato como uma das piores ditaduras que os trabalhadores já enfrentaram neste país.

### **O retorno de Spis**

Uma das principais lideranças da greve de 1995, Antônio Carlos Spis, coordenador da FUP na época, ficou sabendo pela imprensa que havia sido demitido, junto com outros 24 petroleiros. Era 11 de maio de 95, data das primeiras demissões da greve dos petroleiros. No dia seguinte, outras 34 foram anunciadas, totalizando 85 demissões ao final do movimento. Desde então, a FUP e os sindicatos vêm lutando pela reintegração de todos estes companheiros. Muitas das demissões foram revertidas através de ações judiciais e somente na campanha reivindicatória de 2000, os dirigentes da Petrobrás aceitaram participar de uma comissão junto com os representantes do movimento sindical para tratar do assunto. Através de acordos com a empresa, a FUP e os sindicatos já conseguiram reintegrar vários companheiros demitidos que acumulavam tempo de serviço suficiente para aposentadoria. É o caso do companheiro Spis, que teve sua reintegração homologada no último dia 26 pela Justiça do Trabalho de São Paulo. Esperamos que a direção da Petrobrás repare definitivamente as injustiças cometidas contra os demais companheiros demitidos nas greves de 94 e 95. A reintegração de todos estes trabalhadores é uma das principais bandeiras de luta da nossa pauta de reivindicações.

(MATÉRIAS PUBLICADAS NO BOLETIM ESPECIAL DA FUP EM 06/08/2002)

## Líder das greves de 94 e 95 é anistiado

[http://www.fup.org.br/anistia/noticias\\_entrevista.htm](http://www.fup.org.br/anistia/noticias_entrevista.htm)

12/11/2010

*"A Anistia é a correção de uma grande injustiça"*

*O ex-coordenador da FUP, **Antônio Carlos Spis**, teve a sua anistia publicada no Diário Oficial da União do dia 18/03/2004, nove anos após ter sido arbitrariamente demitido pela Petrobrás. Spis, que atualmente integra a Executiva Nacional da CUT, soube através da imprensa que havia sido demitido junto com outros 24 petroleiros. O sindicalista relembra aqui os principais momentos da histórica greve de maio de 1995, fala das vitórias da categoria e dos desafios atuais.*

### **Qual o significado da anistia para os petroleiros, após uma década de luta?**

É a correção de uma grande injustiça! Sempre que o patronato enfrenta uma Greve, logo fica imaginando que não conseguirá mais conviver com aqueles trabalhadores. No nosso caso foi pior: tínhamos um acordo assinado com o então Presidente da República, Itamar Franco, que não foi cumprido.

Além do mais, é um absurdo que uma empresa pública não tenha se apresentado para negociar durante as mobilizações e a Greve. Pior: Por que elencar 85 petroleiro(a)s para punir (os que foram demitidos durante a mobilização), numa Greve que foi de toda a Categoria? E para você, que liderou as greves de 94 e 95?

### **Como é estar finalmente anistiado?**

Bem, nunca me preocupei muito com Anistia. Anistia pra mim é perdão e concedido por parlamentares que raramente viveram aquele momento. Felizmente, tanto da Greve de 83 e a de 95, negociei meu acordo em "mesa de negociações", com a presença da CUT e da FUP. Mas longe de ser contra, é um instrumento que deve ser buscado quando há intransigência da Empresa em negociar, como neste caso.

Além do mais, meu caso teve momentos muito particulares, como na negociação para a Anistia das multas. Eu e o Companheiro Maurício França Ruben (hoje na direção da Petros), ouvimos de Antonio Carlos Magalhães, que negociava pelo governo FHC:

"Anistia das multas tudo bem, extrapolou, mas você Spis,... você deu muito problema, Anistia dos Grevistas nem pensar,...você não volta mais!"

No mínimo traz uma satisfação pessoal.

### **Quais as principais lembranças e a maior vitória da histórica Greve de 95?**

A principal vitória, com certeza absoluta, foi ter iniciado um processo de desgaste do governo FHC, o que o obrigou a "comprar" a reeleição em 98 e não teve nem candidato à altura para enfrentar o LULA em 2002. Outras forças que se levantaram neste período tiveram um respeito muito grande pela nossa grande Greve.

Um deles foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que tem uma história toda própria no movimento social, e que nos respeita muito. O Companheiro Zé Rainha dizia a toda hora na grande "Marcha dos 100 mil sobre Brasília/99": Spis foram vocês que começaram tudo isso!!!

Criamos estratégias que fortaleceram as Bases na necessidade de continuar o movimento, mesmo com duras adversidades. Uma foi a posição de desmoralizar o TST

nos julgamentos (quem não se lembra do jegue na porta do TST e togado?). Outra foi a "demissão coletiva" que freou a estratégia do governo de demissões diárias pela TV.

Houve também as Assembléias logo após a decisão de bloqueio das contas bancárias que reduziram a mensalidade sindical para R\$ 0,01 (um centavo de real), para não caracterizar fraude à execução da sentença e remeter a diferença para as contas dos fundos de greve (ABCP's).

Aqui cabe uma reflexão importante: só encontrei nestes meus sete anos de CUT, mais uma categoria que mantém fundo de greve permanente - os Aeronautas. Não podemos deixar cair esta estratégia... Fico triste ao saber que alguns (mas) Companheiro(a)s que fizeram acordo com a empresa e/ou ganharam ações de reintegração na justiça (e recebem seus passivos), "não têm devolvido aos sindicatos o dinheiro das ABCP's".

É um absurdo que tenha havido a sustentação econômica/jurídica/política, etc e tal do companheiro (as) durante o afastamento da empresa e agora o(a) Anistiado(a) não devolva o dinheiro para a continuidade da luta. Que "raio de anistiado(a) é esse(a)?" Quer ganhar duas vezes?

### **E os momentos de maior tensão e dificuldades na greve de 95?**

O Tasso Gereissati, então governador do Ceará, me ligou durante a Greve dizendo que tinha uma proposta para encerrar o movimento e que estava à minha disposição num hotel de Brasília. Avaliamos na FUP e decidimos ir encontrá-lo pelo fato dele ser do PSDB e ser um dos formadores de opinião ouvidos por FHC.

A imprensa tinha um plantão permanente defronte à FUP, em Brasília, e por menor movimento que fizéssemos, saía a nos seguir. Pegamos um taxi e orientamos o motorista a despistá-los. Nós éramos conhecidos de todos em Brasília e o motorista acabou "comprando a idéia" e fez loucuras, tipo entrar em ruas contra-mão, etc e tal.

A proposta apresentada pelo Tasso foi uma "M", ou seja: coloquem uma refinaria para operar como demonstração de boa vontade, que eu falo com FHC... Bem, não preciso completar a "M". Interessante foi que ele nos garantiu que, em hipótese alguma, FHC chamaria o Exército.

No dia seguinte, o Companheiro Sampaio (então Presidente do Sindipetro PR/SC) me liga por volta das 23:30h, dizendo: "Spis, tem uma movimentação muito grande de tropas do Exército aqui em Curitiba e estamos com receio de que invadam a Refinaria de Araucária". Disse a ele "fique tranqüilo que o Tasso acabou de nos garantir que FHC não fará esta loucura".

Por volta das 2h da madrugada, começaram a pipocar as invasões. Toda a Direção da FUP permaneceu reunida e em vigília na sede de Brasília, fazendo contatos com nossas Bases e com Companheiros da CUT, do Movimento Sindical e Partidos Políticos para denunciar...

Montamos neste momento as estratégias de como as Direções dos Sindicatos das Bases invadidas deveriam se portar diante de tal truculência e como nos posicionaríamos na coletiva à imprensa, pela manhã.

Me prendi a este fato porque foi um grande momento onde tivemos um encaminhamento numa situação dramática e que teve resultado positivo. Mas, na verdade, a Direção da FUP sempre teve muita tranqüilidade para decidir sobre os fatos da Greve, porque as Direções todas dos Sindipetros, sem exceção, estavam num momento de muita maturidade política e garantiram a sustentabilidade e a continuidade da Greve.

Outro momento importante e grave foi quando, também através de um telefonema, Clotário, o RH da Empresa, me ligou e, como se estivesse querendo bater papo, seguramente preocupado com seu cargo, me disse: "Pô Spis, vamos resolver isso. Mas, você sabe que o ministro só me deixa negociar se você suspender a Greve...".



Disse a ele: "Me manda um documento de que vocês estão abertos à negociar...". Ele enviou! Liguei então para o senador Eduardo Suplicy e montamos a seguinte estratégia:

O Suplicy solicitaria uma reunião com o Rennó (então presidente da Petrobrás), o que aconteceu. Fomos ao Rio com o Suplicy, mais 3 diretores da FUP, mais a Cristiane Luchese, então repórter da Folha de São Paulo. O Suplicy subiu ao 24º andar do Edise (a Presidência da Petrobrás) e eu, os Companheiros da FUP e a Cristiane, que se passava por assessora parlamentar, iniciamos um debate no 7º andar (RH), com o Clotário e Cia.

No dia seguinte, saiu estampado na primeira página da Folha e São Paulo de que tinha havido uma negociação da Petrobrás com a FUP. O então ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, ficou possesso. Foi ao Rio e enquadrou o Clotário...

De volta à Brasília, ainda no aeroporto, o Companheiro David (Diretor da FUP) me liga no celular e diz: "Sabe da maior? O Clotário morreu!"

### **O que mudou na categoria e no movimento sindical Cutista, depois da greve de 95?**

A Categoria, bem como as Direções Sindicais, ficou mais exigente. Me lembro que inventei o termo "qualificação de Greve" logo ao final do movimento, porque avalei que seria muito ruim não apontar nada de mobilização e só ficar dando resposta às perguntas capciosas da grande imprensa, que fazia análise de uma Greve derrotada.

Por mais que falássemos das estratégias da Greve, de que ela foi vitoriosa, de que não deixamos de produzir gás de cozinha em respeito às donas de casa, de que o TCU comprovou esta produção de gás, etc ... Nossos argumentos não eram divulgados. Saímos, então, pelos Estados fazendo a tal "qualificação de Greve".

As cobranças daquela época perduram até hoje. A categoria cobra: "não queremos fazer uma Greve tão longa assim, temos que resolver a mobilização em menor tempo..."

Após a greve de 95, foi natural que proliferassem as estratégias de defesa nos processos jurídicos (trabalhistas e federais), mas, sinceramente, apesar das adversidades - demissões, afastamentos, corte do salário, férias, 13º, etc - não senti uma categoria revoltada com as direções, mas sim com o governo FHC e a direção da Petrobrás.

De início, a CUT e diversos Sindicatos faziam avaliação negativa da greve também. Mas, com o tempo, essa posição foi mudando e hoje a história registra a nossa greve como um grande momento da Classe Trabalhadora Brasileira. Me impressiona a quantidade de teses que são embasadas na Greve de 95. De lá para cá, seguramente, já dei mais de 20 entrevistas para o meio acadêmico.

### **Quais são hoje os maiores desafios e enfrentamentos dos trabalhadores?**

O principal desafio da Classe Trabalhadora é conseguir inserir no projeto de política econômica do Governo Lula dispositivos de geração de emprego e renda. Estamos num governo de disputas e se os "Sem Terras" deixarem de ocupar terras; os "Sem Tetos" deixarem de ocupar espaços urbanos e os "Sem Emprego" deixarem de ocupar fábricas falidas e de fazerem propostas que gerem emprego, seguramente não teremos a Reforma Agrária, nem a Reforma Urbana e muito menos os empregos tão esperados.

Infelizmente, o primeiro ano do governo Lula gerou mais 700 mil desocupados... Neste embate, só existe a perspectiva de vitória se sensibilizarmos a sociedade para as nossas propostas. Como não temos meios de comunicação de massa à disposição do movimento sindical e do movimento social (uma TV por exemplo), temos que sair às ruas e levar nossas bandeiras, aproveitando momentos marcados no calendário, como o "Primeiro de Maio" e/ou criando momentos específicos.

A UNE e a UBES estão criando um calendário para debates com a sociedade sobre ensino público gratuito de qualidade, bem como a "Reforma Universitária sob a ótica dos estudantes".

**Como você resumiria em poucas palavras o que sentiu em dois momentos distintos de sua vida: ao saber pelos jornalistas de que havia sido demitido e, agora, ao ler no Diário Oficial a publicação de sua anistia?**

Após a vinheta de abertura do Jornal Nacional da TV Globo, entra a primeira notícia:

*"Começaram as demissões dos Petroleiros em Greve – o líder Antonio Carlos Spis e mais 24".*

No dia seguinte, a imprensa à FUP dizer os nomes dos 24 demitidos. Meu nome foi colocado no ar, ao vivo...

Sinceramente, depois de todo o alarde que o governo FHC tinha feito, de que estava preparando uma punição exemplar, eu esperava muito mais demissões. Esperava, por exemplo, umas 5.000 de cara, para que não tivéssemos a mínima chance de lhes garantir assistência através dos fundos de greve. Senti até um alívio, porque já tínhamos passado com sucesso por situações muito mais adversas.

A publicação da anistia no Diário Oficial servirá como registro histórico. Não traz nenhuma emoção maior. Como já disse, Anistia é perdão. Vale mais as negociações de mesa, garantidas pelos Sindicatos e a FUP e, de preferência, com a base mobilizada.

## 15 anos da greve de 1995

(<http://www.sindipetrosp.org.br>)

A convite do jornal Petroleir@s, o diretor do Unificado, Antonio Carlos Spis, enumerou as principais datas da longa greve de 32 dias, em 1995, que mobilizou todo o país. À época coordenador da FUP, Spis foi a principal liderança do movimento



"O momento que eu imaginava ser o mais difícil de uma mobilização daquele porte era justamente o das demissões; sinceramente, da maneira como a inteligência do exército ia colocando as peças no xadrez da greve aumentava minha expectativa/medo de que seriam milhares de demitidos.

Na greve de 1983 já havíamos criado um antídoto com as Associações Beneficentes e Culturais dos Petroleiros, as ABCPs, e organizado o direito à reintegração de mil, 1.300 companheiros(as), mas se viessem com 10, 15 mil demissões, sinceramente não sei se conseguiríamos segurar o pique dos petroleiros.

No entanto, quando no Jornal Nacional, de 9 de maio, o Cid Moreira anunciou: "começaram as demissões nos petroleiros, é o líder Antonio Carlos Spis e mais 24..." me senti aliviado.

A estratégia era a seguinte: o exército dava o número de demitidos à noite pela TV e a imprensa do dia seguinte publicava os nomes para tentar nos intimidar. Mas a categoria resistiu bravamente.

Todos os 32 dias foram de muita tensão, mas destaco algumas datas que considero emblemáticas para o desenrolar do movimento:"

3/5/1995 – Início da greve nacional, cerca de 200 mil petroleiros cruzam os braços

9/5/1995 – Através do Jornal Nacional, Spis e outros grevistas descobrem que são os primeiros demitidos.

11/5/1995 – Petroleiros(as) assinam carta de demissão coletiva e deixam o documento com a direção da greve. Se continuassem as demissões, toda a categoria estava disposta a abrir mão de seus empregos em nome da unidade do movimento.

12/5/1995 – A mídia aumenta a pressão com editoriais na Folha de S.Paulo, Estadão e nos maiores jornais do país condenando a greve e exigindo punições severas aos baderneiros. Espalha-se a notícia da falta de gás de cozinha e gasolina.

26/5/1995 – Petroleiros colocam um jéque em frente ao TST no dia do julgamento da greve.

30/5/1995 – O negociador pela Petrobrás, Tasso Clotário, sofre enfarto e morre.

02/6/1995 – Termina a mais longa greve dos petroleiros do país.

1995 | Movimento Sindical

---

## **Greve dos petroleiros**

([http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=788](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=788))

### **CONTEXTO**

A greve geral dos petroleiros iniciada à zero hora do dia 3 de maio de 1995 e que durou 32 dias, mostrou ao país a face truculenta neoliberal da aliança FHC/ACM (PSDB, PFL e outros).

Imitando seus pares, FHC chega à presidência da República, disposto a fazer tal qual Ronald Reagan (EUA) e Margareth Thatcher (Inglaterra) quando agiram contra os controladores de vôos e mineradores, respectivamente, quebrando a espinha dorsal desses sindicatos.

FHC queria demonstrar sua força e determinação quebrando a organização dos petroleiros. Mas não conseguiu. A greve foi deflagrada em função de um único objetivo: o cumprimento de três acordos coletivos debatidos e assinados com o ex-presidente Itamar Franco, ministros de Estado e o presidente da Petrobrás, à época, Joel Mendes Rennó.

O primeiro (5/10/94), dizia que a Petrobrás deveria negociar cláusulas econômicas e sociais sobre as quais não houvesse posicionamentos do TST. O segundo (11/11/94), assinado pelos ministros das Minas e Energia, do Trabalho e pelo presidente da Petrobrás que previa o pagamento da segunda parcela do 13º pela URV, o adiantamento das perdas do Plano Bresser e a manutenção da garantia do emprego.

FHC, então, ministro da Economia, e sua equipe trabalharam pelo não cumprimento desses acordos, forçando o governo a recuar e a propor um terceiro acordo, assinado em 25/11/94, por Itamar Franco, que previa pequenos reajustes salariais interníveis.

Assim que assumiu a presidência da República, em 1995, FHC rasga literalmente os três acordos, solicitando ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para que não reconheça sua validade e declarou a greve abusiva, bloqueou as contas de todos os sindicatos de petroleiros do país (intervenção branca) e determinou a volta imediata ao trabalho, aplicando uma multa de R\$ 100 mil para cada novo dia de greve. O resultado foram 73 demissões, mais as 12 que já haviam ocorrido em 94.

Entre os demitidos, estava o coordenador da Federação Única dos Petroleiros, Antônio Carlos Spis, que anos mais tarde seria eleito presidente da CUT Estadual São Paulo.

Os petroleiros reagiram. Em primeiro lugar, as assembleias da categoria decidiram por unanimidade sacar todo dinheiro que possuíam em conta corrente, depois, criaram "associações de petroleiros" em todos os Estados e combinaram o pagamento das mensalidades não para os sindicatos, mas para as associações.

Por fim, nenhum sindicato foi fechado e quase a totalidade dos demitidos já foram reintegrados à Petrobrás.

Apesar da intervenção e o bloqueio das contas dos sindicatos, a dignidade da categoria manteve-se de pé.

## **REPERCUSSÃO NA MÍDIA**

### Petroleiros acabam com a greve de 31 dias sem conseguir nada

Os trabalhadores do setor de petróleo acabaram com a greve de 31 dias, sem conseguir nada de seus empregadores. A greve, iniciada em 15 de maio, foi a mais longa da história do Brasil. Os trabalhadores exigiam a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais e o fim da contratação temporária.

### Petroleiros entram em greve em Capuava

Os trabalhadores do setor de petróleo entraram em greve em Capuava, exigindo a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais e o fim da contratação temporária. A greve foi a mais longa da história do Brasil.

### Governo recua e já admite a negociação

O governo recuou e já admite a negociação com os petroleiros. O ministro do Trabalho, Carlos Luz, afirmou que o governo está disposto a negociar com os trabalhadores para resolver o conflito.

### Edifício não expulsa grevistas

O edifício não expulsou os grevistas. Os trabalhadores permaneceram no local de trabalho, apesar das tentativas de expulsão por parte da administração.

### Sindicatos da região preparam apoio à greve dos petroleiros

Os sindicatos da região estão preparando o apoio à greve dos petroleiros. Eles estão realizando reuniões e ações de solidariedade para apoiar os trabalhadores.

### Metalúrgicos da região param em solidariedade a petroleiros

Os metalúrgicos da região pararam em solidariedade aos petroleiros. Eles estão realizando uma greve para apoiar os trabalhadores do setor de petróleo.

### Metalúrgicos operam em greve

Os metalúrgicos estão operando em greve. Eles estão realizando uma greve para apoiar os trabalhadores do setor de petróleo. A greve é a mais longa da história do Brasil.

### Operação foi determinada por FHC na 2ª

A operação foi determinada por FHC na 2ª. O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, determinou a operação para garantir a segurança da produção.

### Coronel nega a possibilidade de o Exército operar área de produção

O coronel nega a possibilidade de o Exército operar a área de produção. Ele afirmou que o Exército não tem a autoridade para operar a área.

### Contribuição sindical da FUP é retida

A contribuição sindical da FUP foi retida. Os trabalhadores não receberam a contribuição sindical da Federação Única dos Petroleiros.

### Realização de reunião sobre apoio aos petroleiros

Realização de reunião sobre apoio aos petroleiros. Os sindicatos da região realizaram uma reunião para discutir o apoio aos trabalhadores do setor de petróleo.

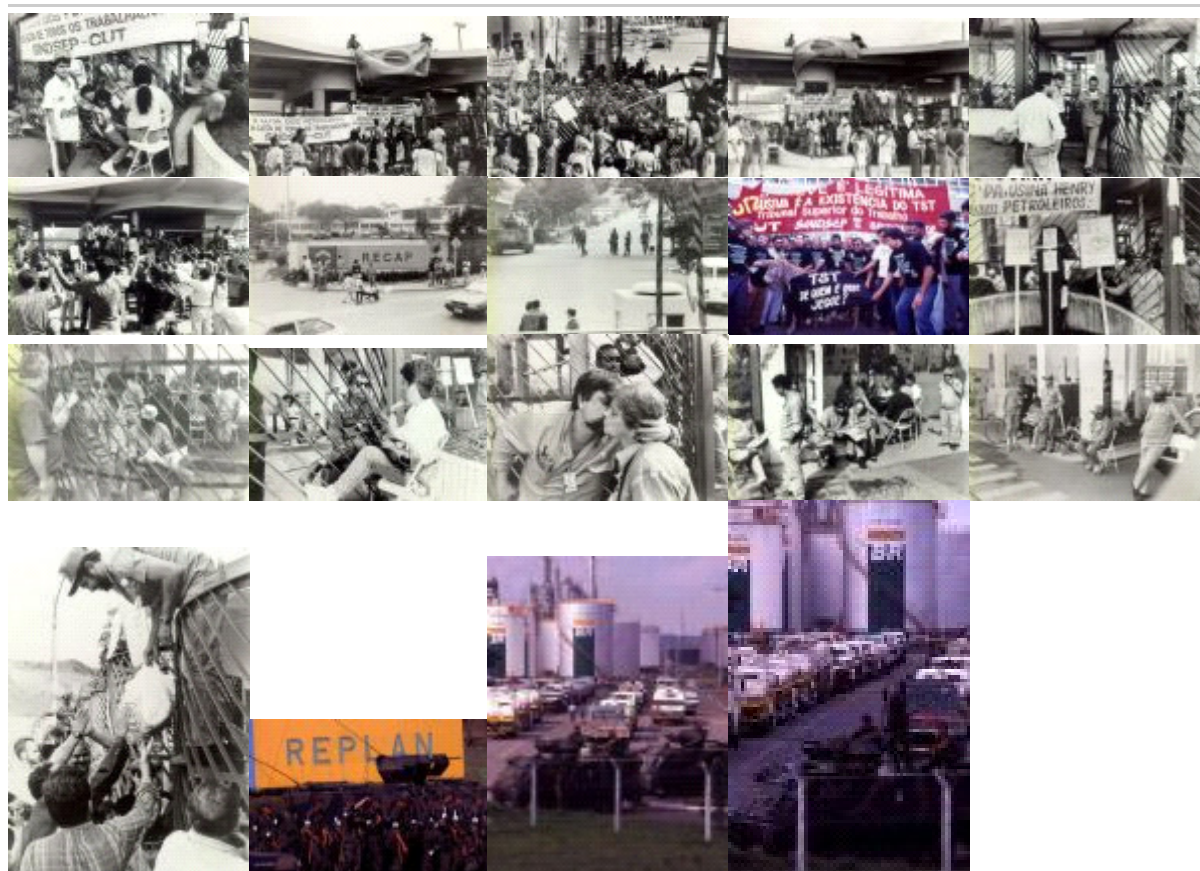
### Lula e Vicentinho recorrem ao ABC

Lula e Vicentinho recorreram ao ABC. Os líderes políticos recorreram ao ABC para apoiar os trabalhadores do setor de petróleo.

### Ato de apoio a petroleiros reúne 4.000 metalúrgicos

O ato de apoio a petroleiros reuniu 4.000 metalúrgicos. Os trabalhadores realizaram um ato de solidariedade para apoiar os trabalhadores do setor de petróleo.





## **IMPrensa SINDICAL**

Movimento Sindical | 1995 | Imprensa Sindical

### **O Petroleiro nº 1478 13/05/1995**

Governo demite 25 e petroleiros respondem com radicalização da greve. Petroleiros propõem demissão coletiva como arma contra as arbitrariedades da Petrobrás.

### **O Petroleiro nº 1480 24/05/1995**

Outras categorias mostram solidariedade e preparam apoio efetivo à greve dos petroleiros. No ABCD, metalúrgicos realizam paralisações de apoio.

### **O Petroleiro nº 1476 08/05/1995**

Não houve acordo na audiência de conciliação no TST entre a FUP e a Petrobrás. A greve deverá continuar até o atendimento de todas as reivindicações dos petroleiros.

### **Tribuna Metalúrgica nº 235 04/05/1995**

Pág. 3 - Petroleiros param as principais refinarias, sendo que a adesão é total em Paulínia. A mobilização faz parte de uma jornada de protestos contra as reformas constitucionais, privatizações e pelo cumprimento dos acordos salariais assinados.

### **Tribuna Metalúrgica nº 240 12/05/1995**

Pág. 3 - Petroleiros mantêm greve iniciada há 11 dias, apesar das ameaças de demissões feitas pelo governo. O TST julga a greve abusiva e invalida acordo assinado em novembro de 94 com a Petrobrás.

#### **Tribuna Metalúrgica nº 243 18/05/1995**

Pág. 3 - Metalúrgicos reúnem-se em assembléia para discutir apoio à greve dos petroleiros. Segundo Vicentinho, não será a primeira nem a última vez que os metalúrgicos se mobilizam, para discutir solidariedade a companheiros de outra categoria.

#### **Tribuna Metalúrgica nº 245 24/05/1995**

Pág. 3 - Trabalhadores da Ford, Mercedes e da Scania prestam solidariedade aos petroleiros. Regional da CUT Estadual faz entrega de alimentos arrecadados por vários sindicatos do ABC.

#### **Tribuna Metalúrgica nº 246 26/05/1995**

Pág. 1 - Petroleiros reafirmam greve e recebem apoio dos trabalhadores da MBB e da Scania.

#### **Tribuna Metalúrgica nº 247 30/05/1995**

Pág. 1 - Greve completa 28 dias e recebe doações dos trabalhadores do ABC.

Tribuna Metalúrgica nº 251 06/06/1995

Pág. 3 - A greve dos petroleiros é suspensa em seu 32º dia. A FUP - Federação Única dos Petroleiros avisa que a categoria se manterá em estado de greve para reiniciar as negociações. Os metalúrgicos continuam fazendo manifestações e arrecadando alimentos para serem doados aos petroleiros de Mauá e Cubatão.

#### **O Petroleiro nº 1474 25/04/1995**

Assembléia aprova a data do dia 03 de maio para a greve dos petroleiros. Outras categorias também deverão paralisar as atividades em protesto contra a política de arrocho do governo.

## **A histórica greve de 1995 e a força dos petroleiros**

<http://www.sindipetrorn.org.br/opiniaio/a-hist%C3%B3rica-greve-de-1995-e-a-for%C3%A7a-dos-petroleiros>)

06/01/2010

Autor:

Fátima Viana

(\*) Artigo produzido quando da passagem do 10º aniversário da Greve

Passados dez anos da histórica greve de 1995(\*), que marcou o enfrentamento dos trabalhadores petroleiros ao projeto neoliberal, a categoria contabiliza a recuperação de direitos e continua lutando pela ampliação das conquistas e pela soberania nacional. O ano de 2005 marca o aniversário de uma década do maior embate político dos petroleiros contra o acionista majoritário da Petrobras - o governo: a greve de 31 dias, em maio de 1995, representou um marco na luta contra a implantação do neoliberalismo no Brasil.

Para compreender a deflagração e a dimensão daquele heróico movimento, é preciso situar a ação desses trabalhadores na primeira metade da década de 90. O enfrentamento que ali se configurou representou o patamar mais elevado de um processo iniciado em 1990, quando o governo Collor anunciou sua intenção de demitir 16 mil petroleiros e apresentou a PEC-56, propondo a quebra do monopólio estatal do petróleo.

## **COMBATE A COLLOR**

Os petroleiros iniciam a luta contra a política neoliberal, deflagrando uma greve em junho de 1990 que consegue reverter as demissões, embora tenha como saldo a dispensa de vários dirigentes sindicais. Em 1992, a categoria desenvolve intensa jornada de luta contra a PEC-56, somando a mobilização popular e à ação institucional. A luta dos sindicalistas possibilitou a constituição de um bloco parlamentar contrário à quebra do monopólio do petróleo, que é reforçado por intelectuais e militares nacionalistas.

O enfrentamento ao governo Collor não evitou as conseqüências das modificações que se processam no interior da Petrobras, como a adoção do "Programa de Qualidade Total" [1], a redefinição dos efetivos de trabalhadores, a implantação da multidisciplinaridade e o avanço da terceirização.

Os trabalhadores, fortalecidos pela mobilização popular que pôs fim ao governo Collor, imprimem novo impulso às suas lutas, mesmo sob a pressão do desemprego. Como o quadro é de certa transitoriedade, as lutas e as reivindicações dos trabalhadores do setor estatal necessitam de interlocução direta com os ministérios a que estão ligados e, em alguns casos, com o Presidente da República.

Em 1994 inicia-se a reestruturação interna da Petrobras com a fragmentação da sua estrutura organizativa, criando as condições para a instituição das futuras Unidades de Negócios [2]. A campanha salarial deste ano vai refletir essas mudanças, acumulando um conjunto de antigas e novas demandas, prolongando-se e tendo sua conclusão no momento pós-eleitoral, em plena transição do governo. A greve, iniciada em 27 de setembro, termina em 5 de outubro, após acordo entre o presidente Itamar Franco e a direção sindical.

A Petrobras se recusa a reconhecer o acordo, levando a categoria a retomar a paralisação no período de 23 a 25 de novembro. Desta vez, o retorno ao trabalho somente se dará após a assinatura de um acordo preliminar válido até a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho, no qual a empresa se comprometia a, no prazo de vinte dias, conceder um ajuste de intervéis nos salários [3], o que resultaria num reajuste de dez a doze por cento. Esse novo acordo também não foi cumprido.

## **TRUCULÊNCIA DE FHC**

Com a posse de FHC, em janeiro de 1995, as privatizações são retomadas e têm início as reformas constitucionais. O governo adota uma linha de confronto, negando-se a cumprir os acordos assinados na gestão anterior. A insatisfação dos trabalhadores do setor estatal e dos servidores públicos com o projeto de FHC evolui para a construção de uma pauta única, na qual se exige o cumprimento dos acordos e compromissos assumidos com as entidades sindicais, a reposição das perdas salariais e a não realização das reformas constitucionais. Essa pauta foi protocolada pela CUT junto ao governo em abril de 1995.

Os petroleiros, após debates e mobilizações com a base, cobram da Petrobras o cumprimento do acordo assinado em 1994 e integram-se ao movimento unificado da CUT. A greve começa em 3 de maio, com a adesão dos petroleiros, eletricitários, marítimos e previdenciários. Outras categorias do setor estatal e do serviço público se mantêm mobilizadas. Eletricitários, marítimos e previdenciários retornam ao trabalho na primeira semana, antes mesmo do julgamento da greve pelo Tribunal Superior do



Trabalho (TST). Os petroleiros permanecem em greve por 31 dias, desmascarando a face autoritária e conservadora de FHC.

O TST julgou a greve ilegal em 9 de maio, mesmo tendo sido avalista do acordo assinado e não cumprido pela direção da empresa. O TST fez um julgamento político da greve, considerando-a "abusiva", além de determinar o desconto dos dias parados e fixar multa diária de R\$ 100 mil reais, caso a categoria não retornasse às atividades no dia seguinte.

A partir de então, a greve ganha nova dimensão – não mais corporativa e sim de interesse nacional. O governo enfrentou os petroleiros usando o aparato de repressão do Estado; recorreu às Forças Armadas, invadiu e ocupou refinarias. A pressão ideológica ficou a cargo dos meios de comunicação; seguiu-se o crime das distribuidoras de gás de cozinha que, isolando os petroleiros, retiram o produto do mercado [4].

No 30º dia da greve, face ao quadro nacional, sem que os demais segmentos do sindicalismo dessem alguma demonstração de força capaz de reforçar a greve, os petroleiros decidiram retornar ao trabalho. Nos anos 90, o movimento sindical enfrentou a violenta onda regressiva sobre o trabalho e os petroleiros enfrentaram ainda o ataque às suas organizações, que permaneceram até agosto de 1998 sob intervenção, com o patrimônio confiscado e as finanças bloqueadas, numa espécie de semiclandestinidade.

## **VITÓRIA DA RESISTÊNCIA**

A greve produziu conseqüências para além dos efeitos negativos, posto que a resistência dos petroleiros dificultou a implementação do projeto neoliberal e impediu a privatização da maior empresa do país e da América Latina – a Petrobras. Esta luta evitou perdas maiores, mas não imunizou esses trabalhadores contra a política neoliberal. Assim, a categoria foi reduzida de 60 mil, em 1990, para 32 mil, em 2002; a terceirização se elevou e, com isso, a precarização das condições de trabalho, com reflexos na segurança.

Ao final da década, a Petrobras ostentava a estatística de duas mortes por mês no ambiente de trabalho, sendo o ano de 1998 o de pior índice, quando foram registradas 32 mortes. Foi um período marcado por graves acidentes, verdadeiras tragédias, onde se destaca o afundamento da P-36, em março de 2001.

Com a eleição do atual presidente, a Petrobras voltou a figurar como esteio e suporte da economia nacional. Redirecionou seus objetivos, que agora não mais se limitam a conquistar dividendos para os acionistas. Retomou os investimentos e vem dando prioridade ao mercado interno, seja na aquisição de materiais, na contratação de serviços ou no desenvolvimento de tecnologia.

Passados quase três anos, a empresa aproximou o país da conquista da auto-suficiência em petróleo, programada para o próximo ano. Em 2005, por duas vezes, a produção nacional foi superior a 1.800.000 barris/dia, quando o consumo nacional é da ordem de 1.900.000 barris/dia. A contratação de aproximadamente nove mil novos trabalhadores, nos últimos dois anos, e de mais dezoito mil até 2010, é um dos pontos que reforçam a convicção de que uma nova era se abre para a Petrobras.

Na campanha salarial de 2005, os petroleiros lutam para garantir a isonomia de direitos, eliminando a discriminação ainda existente, principalmente entre categoria ativa e aposentada; a implantação de um novo plano de cargos, capaz de corrigir as distorções do período anterior; a ampliação dos espaços democráticos internos; e o direito de interferir nos rumos da empresa.

## **VALEU A PENA**

Entretanto, mesmo reconhecendo os avanços, ainda permanece extensa herança neoliberal na Petrobras. No gerenciamento das relações de trabalho, perdura a ausência de uma política de progressão funcional, extinta desde 1995, bem como a opção pelo Gerenciamento de Desempenho Pessoal – GDP [5], abrindo a porta para o assédio moral. Permanece inalterada a política de terceirização e de segurança no trabalho.

Superar o neoliberalismo é tarefa de todos na luta por um Brasil soberano. Nessa luta, os petroleiros apontam para a necessidade de um novo marco regulatório para o setor petróleo e da transformação da Petrobras numa Empresa Nacional de Energia.

A história da resistência dos petroleiros durante a prevalência da política neoliberal no país revela lições importantes, como a necessidade da luta dos trabalhadores. Necessidade para os trabalhadores e para o conjunto da sociedade. Os petroleiros sabem como ninguém o valor desta lição, destacada em um adesivo após a greve e confirmada nos dias atuais com a seguinte insígnia: Valeu a pena lutar!

#### NOTAS

1- A adoção do Programa de Qualidade Total na Petrobras atendia a política do governo para favorecer o setor produtivo privado;

2- A Unidade de Negócio é o formato seguido hoje pelas unidades da empresa no país, caracterizada pela autonomia de gestão;

3- As funções na Petrobras estão relacionadas às atribuições de cada trabalhador, a exemplo do operador de petróleo; cada função se divide em faixas (I, II e III) e elas são compostas por um determinado número de níveis. A diferença de salário entre um nível e outro varia de aproximadamente 3,5% a 5%;

4- Após a greve, o próprio Poder Judiciário reconheceu o crime praticado pelas distribuidoras de gás de cozinha, que esconderam o produto, provocando filas quilométricas e cobrando elevado ágio;

5- O GDP foi adotado em 1995 em substituição à política anterior baseada na avaliação dos trabalhadores para a concessão dos níveis salariais. É um acordo de metas com os quais o trabalhador se compromete, ficando seu acompanhamento e julgamento a cargo do gerente imediato. O atendimento das metas não se vincula à progressão funcional.

Artigo elaborado em 2005

## **PETROBRAS - A greve de 1995, foi o ponto de partida dos planos privatistas de FHC**

(<http://blogln.ning.com/profiles/blogs/petrobras-a-greve-de-1995-foi>)

- Postado por Carlos Américo Chaves Nogueira em 24 maio 2009

O plano de Fernando Henrique Cardoso para privatizar a Petrobras foi posto em prática na greve de 1995.

No relato abaixo, publicado pela **revista VEJA**, fica clara a intenção de enfraquecer o monopólio e a classe petroleira a qualquer custo.

### **O Planalto sacou primeiro**

31 de maio de 1995

O plano do governo para a greve incluía estoques, demissões, o apoio do TST e as tropas

Na madrugada de quarta-feira passada, o presidente Fernando Henrique Cardoso ordenou que 1.630 soldados do Exército ocupassem quatro das onze refinarias da Petrobrás. A explicação do ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, foi que a tropa fora mobilizada para garantir os direitos de quem se dispunha a trabalhar. A mensagem política foi clara: transmitir, via televisão - chamada a registrar a chegada dos soldados a

uma das refinarias -, a intenção do governo de dobrar os petroleiros, em greve desde o início do mês. "Se tiver que atirar, vou atirar para manter a integridade das instalações", disse o general Antonio de Araújo de Medeiros, comandante da 5a. Região Militar. A penúltima intervenção do Exército num conflito trabalhista ocorreu numa usina em Volta Redonda, em 1988, terminou com três operários mortos por soldados do Exército - e o governo de José Sarney sangrando. A intervenção da semana passada foi pacífica, e todas as pesquisas de opinião mostraram que a população apoiava a decisão do presidente em vestir o capacete.

Há sete anos, em Volta Redonda, Fernando Henrique perfilou-se entre os políticos que denunciaram a intervenção militar. Ao contrário de agora, a greve de 1988 não havia sido declarada ilegal. Isso dá agora ao presidente a certeza de que não está sendo autoritário. "Estou cumprindo a Constituição", disse Fernando Henrique Cardoso a VEJA. Ainda assim, usar o Exército não é algo que se faça com tranquilidade. O recurso militar se explica pelo objetivo político do presidente: vencer, de maneira acachapante, a única oposição organizada ao governo, a CUT. Para um governo que pretende acabar com a indexação salarial, extinguir privilégios do funcionalismo público e mexer nas aposentadorias, derrotar o setor mais forte do sindicalismo é uma condição quase que obrigatória.

Na manhã de sábado, a derrota da CUT parecia eminente e inevitável. Os petroleiros ainda não se haviam rendido, ainda que, na véspera, tivessem assistido, impotentes, a um segundo fracasso de seus pleitos no Tribunal Superior do Trabalho. Julgando, pela segunda vez, as reivindicações dos empregados da Petrobrás, o TST chegou a um mesmo veredicto: por 10 votos a 2, considerou sem valor legal o acordo rascunhado no Brasão de Juiz de Fora por Itamar Franco e Vicentinho. Por 12 votos a zero, classificou a greve como abusiva e recomendou a volta imediata ao trabalho. Em assembleias marcadas para o final de semana, os trabalhadores seriam chamados a votar pela continuidade da greve. O desânimo marcava o semblante dos líderes do movimento. Quietamente, tentava-se armar a chamada "saída honrosa" - um pretexto, qualquer pretexto, para que os dirigentes da FUP pudessem defender o fim da greve nas assembleias.

Um dos pretextos para a "saída honrosa" começou a ser armado na manhã de sexta-feira. Antes mesmo do julgamento no TST, o ministro Almir Pazzianotto recebeu em seu gabinete os advogados dos petroleiros, Carlos Boechat e César Brito. "O voto do relator poderia falar na cláusula dos reajustes interníveis", disse Boechat, referindo-se ao julgamento da greve dos petroleiros no ano passado. Essa cláusula diz que a Petrobrás pode demorar até agosto para estudar a concessão de promoções salariais para seus funcionários. O ministro Pazzianotto quis saber o porquê da filigrana. "Mantendo isso no voto do relator, pode funcionar como uma brecha de negociação nas assembleias. Podemos dizer que para os petroleiros é uma saída honrosa, que o governo vai continuar estudando até agosto", disse o advogado. Pazzianotto achou razoável e a levou adiante. O mesmo pedido já fora debatido na quinta-feira por personalidades mais graduadas. Em sua conversa com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, também falou da tal cláusula. Pertence gostou da idéia e convocou Ajuricaba Costa e Silva, presidente do TST, para uma conversa em que o aconselhou a adotá-la.

**VEXAME** - No governo, a expectativa é de que a greve acabe de vez nesta segunda-feira. Ou que se arraste por mais alguns dias, morrendo pouco a pouco nas refinarias. Admite-se a hipótese de que a refinaria de Cubatão, que não foi invadida, permaneça sozinha em greve por um período maior. Ainda assim a intenção do governo é não invadi-la e deixar que a greve morra por cansaço. Essa avaliação se baseia nos relatos colecionados pela Petrobrás a respeito da vontade de voltar ao trabalho. Em Carmópolis, Sergipe, dizia um desses relatos, um operário foi para a empresa acompanhado por dois irmãos armados de revólveres. Em Mataripe, um táxi chegou à refinaria com dois técnicos. O piquete foi em cima do carro e ameaçou virá-lo. A partir desta quinta-feira, quando se completam trinta dias de greve, o governo disporá de outro recurso: demitir

os trabalhadores por justa causa. Após trinta dias, sua paralisação pode ser considerada abandono do emprego.

Se a volta ao trabalho de bolsos vazios é um vexame, a manutenção da paralisação por mais de uma semana, para os petroleiros, tornou-se uma improbabilidade técnica. Desde o ano passado os sindicatos vinham recolhendo uma contribuição entre 1% e 5% dos salários de cada trabalhador para formar um fundo de greve. Juntaram uma bolada de 3 milhões de reais. Só que boa parte desse dinheiro foi gasta em campanhas publicitárias pela televisão e, na semana passada, restavam poucos trocados para pagar a geladeira dos 67 demitidos, e nenhum para arcar com as despesas dos 10.300 que receberam o contracheque em branco na quinta-feira. Com a volta ao trabalho, os petroleiros podem até conseguir o pagamento de alguns dias que estiveram em greve e a readmissão de demitidos. Só não conseguirão esconder que se meteram numa greve pesadamente prejudicial à população mais pobre, obrigada a passar até seis horas em filas para comprar gás. Caminhões das distribuidoras também enfrentaram fila para arrumar combustível. E 70% dos postos de São Paulo não tinham diesel. De quebra, a greve teve o efeito contrário ao que pretendia: tornou ainda mais impopular a defesa do monopólio estatal do petróleo.

**CACICARIA** - O governo Fernando Henrique Cardoso mostrou firmeza, coerência e até competência para acabar com uma greve. Assim que recebeu os primeiros sinais de fumaça da greve dos petroleiros da CUT, Brasília montou um esquema inédito de resistência. Em segredo, a Petrobrás transferiu combustível para distribuidoras privadas, garantindo o abastecimento de emergência. Importou petróleo e derivados em tal quantidade que chegou a levantar a cotação internacional do produto em 10%. Contratou 220 funcionários aposentados, vários deles treinados na surdina num hotel em Guarulhos, no cinturão industrial de São Paulo, para substituir grevistas nas principais refinarias e fez até contato com as matrizes de multinacionais para preparar uma eventual importação de mão-de-obra especializada. Os canais diplomáticos foram mobilizados para selar acordos com vizinhos ricos em petróleo, como Argentina e Venezuela, que venderam mais do que de costume ao Brasil.

Na linha de piquetes, nem a cacicaria da CUT fez muita força pelos petroleiros. Além de raspar a cabeça, a melhor idéia que o presidente da entidade teve para estimular o movimento foi dizer, no meio de um congestionamento de trânsito, que os trabalhadores deveriam encontrar outras formas de reivindicar além de fazer greve. Palavras que, na hora e no local em que foram ditas, só podiam aquecer os motores do outro lado. O antecessor de Vicentinho, Jair Meneguelli, também não estava disponível na semana passada. Encontrava-se em viagem pelo Canadá. O próprio Lula, paraninfo de todos eles, passou a maior parte do tempo numa postura hesitante, de quem prefere fingir-se de morto para ver se alguém conseguia acreditar que nem ele nem o PT tivessem a mais remota relação com o movimento paredista.

Lançando mão de recursos jurídicos e econômicos e de tropas do exército, além de contar com o apoio de pelo menos dois terços da população, o governo já comemora uma vitória que pode iniciar a ruptura de um equilíbrio de forças que subsiste na política brasileira desde o fim do governo Figueiredo, quando se criou um movimento sindical forte e todos os governos foram obrigados, dessa ou daquela forma, a sentar para negociar com o outro lado. O ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, esclarece que nesse conflito se empregou até uma técnica terrorista no delicado momento em que o governo resolveu demitir 67 funcionários. Brito é quem explica: na hora de fazer a lista de quem ia ser mandado embora, escolheram-se os piqueteiros, os líderes da greve e também aqueles funcionários exemplares, antigos e de bom desempenho, que nunca faltam ao trabalho - a não ser quando quem pede é o sindicato. "O segredo dessa estratégia é semear o medo da demissão em todo mundo. Numa refinaria todos se conhecem. Se um funcionário exemplar é demitido, quem está em dúvida quanto à determinação do governo vai pensar duas vezes antes de aderir", relatou Brito a um colega de governo.

Contada de trás para a frente, pode-se achar que a greve dos petroleiros foi mais tola do que as outras. Isso seria um erro. A greve foi parecida com as anteriores, organizada pelas mesmas pessoas, sempre em torno de reivindicações muito parecidas. Tanto que apareceram até tucanos dando a impressão de que tinham autoridade para negociar alguma coisa com o governo. Um deles foi o governador Tasso Jereissati, que quer o apoio da Petrobrás e de seus funcionários para instalar no Ceará a 12ª refinaria brasileira, um investimento de 1,5 bilhão de dólares que a estatal vem adiando por ordem de Brasília. Tasso esteve duas vezes com o presidente da FUP, a última na terça-feira da semana passada. Depois do encontro, reuniu-se com FHC e Serra para falar em acordo. Ficou falando sozinho, pois naquele momento até o envio das tropas já fora resolvido. O senador Artur da Távola e o ministro Paulo Paiva, do Trabalho, também se mobilizaram na mesma direção. Paiva e Vicentinho conversaram quase todos os dias desde que começou a greve. Na quinta-feira, o ministro e o senador Artur da Távola, tucano do Rio de Janeiro, se encontraram novamente com o presidente da CUT. Paiva cobrou o vazamento de suas conversas para Lula. Vicentinho não garantiu sigilo e Paiva interrompeu as negociações.

O que mudou, dessa vez, foi o comportamento do governo. Fernando Henrique inaugurou uma nova postura diante das estatais já nos primeiros dias da posse. Em vez de trocar todos os presidentes das empresas, mandou alguns para casa, manteve outros onde estavam, trouxe gente nova para as vagas em aberto. A todos, no entanto, deixou claro que seriam levados à guilhotina toda vez que se mostrassem mais leais a seus subordinados do que ao superior que lhes entregara o cargo. Em fevereiro, o ministro do Planejamento, José Serra, que, entre outras atribuições, tem sob sua pasta o controle das estatais, enviou uma carta a seus dirigentes, informando qual era a lealdade esperada. No documento, determinava que acordos trabalhistas não deveriam produzir barbaridades como uma certa "cláusula da empresa mais favorecida", contida num acordo da Telebrás com os telefônicos. Segundo a cláusula, todas as vantagens conquistadas por qualquer outra estatal deveriam ser estendidas aos funcionários da casa. Essa carta também proibia as estatais de negociar com grevistas ou fazer acordos depois que a Justiça considerasse a greve ilegal. Com esse documento, o governo traçou uma linha de ação. E, o que é mais surpreendente, mostrou-se capaz de cumpri-la.

**"SUGAM TUDO"** - Em março, Raimundo Brito foi informado de que a greve era iminente, convocada inicialmente para o dia 26 de abril, e avisou o presidente. Soube que não havia motivo para mudar a orientação. "Em greve de estatal é assim: se a gente faz corpo mole na primeira, depois não recobra as forças. Eles sugam tudo. E não vou além da lei, ou acima dela, disse FHC. Iniciou-se ali o plano de estocagem de combustível. Durante uma semana, a Petrobrás bombeou mais combustível do que de costume para as 31 distribuidoras privadas. As distribuidoras possuem vinte bases principais, espalhadas ao longo da costa brasileira, e quarenta bases secundárias, localizadas no interior do país. Uma rede de navios, trens e caminhões-tanques entrou em funcionamento para esvaziar os tanques das bases principais e encher os das secundárias. O objetivo era mandar o máximo possível dos estoques para o interior, abrindo espaço para mais combustível nas capitais.

Para estimulá-las a comprar mais combustível, a Petrobrás vendeu o produto em consignação. Ou seja, as empresas só pagariam pelo que vendessem. Com o bombeamento extra, os reservatórios da Petrobrás também puderam receber mais combustível. Também ali foram reforçadas as compras no exterior. Normalmente, são comprados 150.000 barris diários de combustíveis variados. Em maio, as compras triplicaram e 800.000 barris já foram encomendados para junho. A Argentina, segunda maior fornecedora de petróleo para o Brasil, atrás apenas do Oriente Médio, dobrou a sua disponibilidade de exportação para o Brasil. Até agora, o governo já desembolsou 300 milhões de dólares na operação. Chegou-se a prever até mesmo uma situação de radicalização extrema, na qual os petroleiros ocupassem portos de desembarque. Nesse caso, combinou-se com a chancelaria da Argentina para que a carga desembarcasse em seu país e entrasse no país em caminhões.

**TERRORISTA** - Com os tanques cheios, o governo esperou pela greve e, depois, pelo TST. Às vésperas do julgamento, o ministro Almir Pazzianotto ligou para José Serra. Disse que os ministros estavam convencidos de que a paralisação era ilegal, mas temiam que Fernando Henrique repetisse a proeza de Itamar e, desprezando a decisão do TST, resolvesse aceitar uma ou outra reivindicação. Serra tranqüilizou o ministro, mas, por segurança, resolveu consultar o presidente. FHC se encontrava em Londres, nas comemorações dos 50 anos do fim da II Guerra Mundial, e mandou avisar que não iria ceder. No mesmo dia, Serra fez chegar a mesma versão não apenas a Pazzianotto, mas a todos os ministros do TST. Conhecendo de antemão o resultado do julgamento, antes mesmo da abertura da sessão, Serra e Brito reuniram-se para discutir os passos seguintes. "Brito, acho que no momento em que esta greve for declarada ilegal, se ainda permanecer greve, você pode demitir", sugeriu Serra. "É o que eu vou fazer", respondeu Brito, que começava a confeccionar sua lista terrorista.

Há duas semanas, Serra ligou para o ministro Nelson Jobin, da Justiça, e o consultou sobre duas medidas antigreve. Queria uma análise da Constituição para saber se o governo poderia fazer uma ocupação militar nas refinarias e contratar mão-de-obra externa para substituir petroleiros faltosos. Consulta idêntica lhe faria mais tarde o ministro Brito. Jobin respondeu aos dois que o Exército só poderia ficar dentro dos limites da refinaria, cabendo às polícias militares o patrulhamento externo. Quanto às contratações, a Constituição permite ao governo empregar temporários por até quatro anos. Informado das respostas por Brito, FHC chamou o ministro Zenildo Lucena, do Exército, e encomendou um plano de invasão de refinarias. A Petrobrás deveria achar fura-greves.

Para isso, montou uma lista com todos os aposentados da empresa nos últimos cinco anos, com endereço e capacitação técnica, engordada com os aposentados ou ex-funcionários também de empresas privadas. Durante oito dias, a Petrobrás treinou 230 petroleiros e petroquímicos aposentados. Vinte deles foram levados da Bahia, Rio Grande do Sul e outros Estados para o Mônaco Residencial, um hotel quatro estrelas nas imediações do Aeroporto de Cumbica, em São Paulo. Ali, receberam um tratamento confortável e discreto. Pela manhã, muitos usufruíram do direito de um banho de sol à beira da piscina. Mais tarde, ouviam palestras e explicações num auditório. Antes de anoitecer, eram conduzidos às refinarias nas quais estavam escalados para trabalhar e, sem que os grevistas percebessem, podiam conhecer no próprio local os instrumentos que teriam de operar. Por segurança, a Petrobrás entrou em contato com as matrizes da Esso e da Texaco, nos Estados Unidos, e da Shell, na Inglaterra, e preparou os contratos para importar mão-de-obra, se fosse o caso. A idéia de contratar estrangeiros inspirou-se em atitude semelhante tomada pelo presidente Carlos Menem, da Argentina. Durante uma greve nas siderúrgicas de seu país, Menem mandou o Boeing presidencial buscar doze engenheiros e técnicos brasileiros da CSN. Bastou pisarem em solo argentino e a greve terminou.

Na noite de segunda-feira passada, o ministro do Exército, Zenildo Lucena, comunicou a Fernando Henrique que o plano de invadir as refinarias estava pronto. Quando Lucena deixou o gabinete, chegaram Brito e o presidente da Petrobrás, Joel Rennó. Para a conversa, FHC chamou também o ministro Clóvis Carvalho, da Casa Civil, e Eduardo Jorge, da Secretaria Geral. "Se está tudo pronto, podemos fazer essa ocupação à meia-noite de hoje", sugeriu Brito. Rennó, Clóvis e Eduardo Jorge concordaram, mas o presidente não disse sim nem não, pois não estava convencido da medida. Saíram os quatro e Fernando Henrique resolveu consultar o general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar. "Fazer isso hoje é uma loucura. Não basta saber o que vai se fazer lá. É preciso saber como chegar lá. É preciso 24 horas para estudar a área e acho que seria bom o senhor falar com os governadores de São Paulo e Paraná", sugeriu o general.

**LOUCURA** - O presidente o ouviu, avisou os governadores Mário Covas, de São Paulo, e Jaime Lerner, do Paraná, pediu apoio das PMs e marcou a data da ocupação: meia-noite de terça-feira. O general Cardoso avisou o ministro do Exército da decisão. Do plano inicial, fazia parte a ocupação de todas as refinarias paradas. Mas na manhã de terça-feira o governo desistiu de invadir a Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e a de Cubatão, em São Paulo. "Pelo comportamento dos trabalhadores nessas duas refinarias, eles estão loucos por um mártir. Vêm provocando nossa segurança direto. Vamos deixá-los de fora", disse o ministro Brito ao general Lucena.

Nem pelos petroleiros nem pelo governo, a greve foi uma disputa salarial. Os próprios líderes dos sindicatos reconhecem que poderiam ter cruzado os braços em janeiro, julho ou agosto, mas preferiram iniciar a paralisação em maio porque estavam de olho num acontecimento político de maior relevância - a revisão da Constituição, em que a questão do monopólio do petróleo estará em debate - e calculavam que sob essa circunstância teriam mais chances de ser atendidos. O problema do governo nunca foi gastar mais ou menos com os trabalhadores. Se atendesse todas as reivindicações dos sindicatos, o governo gastaria cerca de meio bilhão de dólares. Entre as reivindicações havia uma hilariante: auxílio-saúde para ex-sogros. Ou seja, se o funcionário se divorciava, o pai da ex-mulher tinha direito ao benefício. Meio bilhão de dólares é um bom dinheiro - mas muito menos do que irá custar o pacto do Planalto com os ruralistas que não querem pagar a TR. Ou menos que o Tesouro perde com as atuais taxas de juro. O que interessava ao governo era vencer uma prova de força. E isso Fernando Henrique conseguiu.

## Quem luta conquista

[http://www.fup.org.br/anistia/noticias\\_dezanos.htm](http://www.fup.org.br/anistia/noticias_dezanos.htm)

1994 - começam as demissões na Petrobrás, em consequência da greve que exigia o cumprimento do acordo feito com o então presidente Itamar Franco;

1995 - após a greve de 32 dias em maio, trabalhadores são demitidos e punidos. Os sindicatos sofrem multas milionárias. O deputado Luciano Zica (PT/SP) apresenta o primeiro projeto de anistia para as demissões e punições;

1998 - apesar de FHC vetar parte do projeto de lei, os parlamentares progressistas conseguem aprovar a anistia dos abusos cometidos pelo TST. Os sindicatos são anistiados das milionárias multas arbitrariamente impostas pelo Tribunal;

1999 - o deputado Jair Meneguelli (PT/SP) reapresenta o projeto de anistia, arquivado após a saída de Zica, ao encerrar o seu mandato, em dezembro de 1998;

2001 - em 27/09, o Senado aprova projeto de anistia do então senador José Eduardo Dutra (PT/SE). Em 18/10, a Câmara aprova o projeto reapresentado por Meneguelli. A Petrobrás aceita negociar acordos com demitidos de 94 e 95, mas sem retorno à empresa e com indenizações entre 40% e 60% dos valores devidos;

2002 - em 23/05, o Senado aprova por unanimidade o projeto de lei reapresentado por Meneguelli. FHC veta o projeto em 14/06;

2003 - após negociação com a FUP, a nova direção da Petrobrás inicia acordos para retorno dos demitidos. O deputado Luciano Zica volta ao Congresso e apresenta em 22/07 novo projeto de anistia para os petroleiros. Após aprovada na Câmara e no Senado, a lei de Anistia é sancionada em 28/11 pelo presidente Lula.

\*\*\*\*\*